

ECONOMIA POLÍTICA MARXISTA BRASILEIRA: DO ANTILIBERALISMO ESTRUTURALISTA À TEORIA DA DEPENDÊNCIA E ALÉM

Tiago Camarinha Lopes¹

Resumo

Este artigo apresenta a trajetória da Economia Política Marxista Brasileira, descrevendo como o pensamento latino-americano e brasileiro rompeu com a Economia Política liberal na primeira metade do século XX e evoluiu até chegar no atual debate sobre a geopolítica contemporânea. A contribuição mais marcante da Economia Política Marxista Brasileira é a chamada Teoria Marxista da Dependência. Apesar de ser uma criação local, voltada para a análise da realidade do Brasil em sua inserção no continente Latinoamericano, trata-se na verdade de uma ferramenta poderosa para analisar a geopolítica mundial e orientar a ação anti-imperialista em qualquer parte do mundo. Diante das transformações atuais da geopolítica nas primeiras décadas do século XXI, economistas políticos marxistas brasileiros estão estudando e debatendo como o Brasil deve se relacionar com a China, à medida que esta avança para se tornar um sistema econômico quase-central ou até mesmo central.

Palavras-chave: Economia Política, Teoria Marxista da Dependência, liberalismo, geopolítica

Brazilian Marxist Political Economy: from antiliberal structuralism to dependency theory and beyond

Abstract

This article presents the trajectory of Brazilian Marxist Political Economy, describing how Latin American and Brazilian thought broke with liberal Political Economy in the first half of the 20th century and evolved into the current debate on contemporary geopolitics. The most notable contribution of Brazilian Marxist Political Economy is the so-called Marxist Dependency Theory. Although it is a local creation aimed at analyzing Brazil's reality within its insertion in the Latin American continent, it is in fact a powerful tool for analyzing world geopolitics and guiding anti-imperialist action anywhere in the world. In light of the current transformations in geopolitics in the first decades of the 21st century, Brazilian Marxist political economists are studying and debating how Brazil should relate to China as the latter advances toward becoming a quasi-central or even fully central economic system.

Key words: Political Economy, Marxist Dependency Theory, liberalism, geopolitics

Economía Política Marxista Brasileña: del estructuralismo antiliberal a la teoría de la dependencia y más allá

Resumen

¹ Tiago Camarinha Lopes é professor de Economia Política da Universidade Federal de Goiás (UFG), doutor e mestre em economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e membro fundador do GT (Grupo de Trabalho) da SEP (Sociedade Brasileira de Economia Política) Pensamento Marxista. Em 2025 foi visiting scholar da Escola de Marxismo da Northeast Normal University (NENU) em Changchun, Jilin, China, ocasião em que apresentou oralmente para o público acadêmico local as especificidades da Economia Política Marxista Brasileira. O presente trabalho contou com o apoio financeiro do CNPq edital 16/2024 de pós doutorado no exterior. Contato: tiagocamarinhalopes@ufg.br

Este artículo presenta la trayectoria de la Economía Política Marxista Brasileña, describiendo cómo el pensamiento latinoamericano y brasileño rompió con la Economía Política liberal en la primera mitad del siglo XX y evolucionó hasta llegar al debate actual sobre la geopolítica contemporánea. La contribución más significativa de la Economía Política Marxista Brasileña es la llamada Teoría Marxista de la Dependencia. Si bien es una creación local, centrada en el análisis de la realidad de Brasil dentro del continente latinoamericano, es de hecho una poderosa herramienta para analizar la geopolítica mundial y guiar la acción antiimperialista en cualquier parte del mundo. A la luz de las transformaciones geopolíticas actuales en las primeras décadas del siglo XXI, los economistas políticos marxistas brasileños están estudiando y debatiendo cómo Brasil debería relacionarse con China a medida que avanza hacia convertirse en un sistema económico cuasi-central o incluso central.

Palabras clave: Economía política, teoría marxista de la dependencia, liberalismo, geopolítica.

Introdução

As origens do Marxismo brasileiro encontram-se no anarco-sindicalismo das áreas urbanas da década de 1920 (Bandeira, [1967] 2017). Desde então, ele se desenvolveu e se espalhou para as diversas áreas do conhecimento. Na divisão tradicional da academia pós-iluminista, ele se tornou extremamente influente não só no campo da História, da Geografia, da Sociologia e da Filosofia, mas nas Artes em geral (Musse, 2015). Uma das áreas que o Marxismo revolucionou profundamente foi a Economia Política, cujo berço é a protagonista da Revolução Industrial, a Grã Bretanha. No Brasil, a Economia Política Marxista tem origem na crítica ao pensamento econômico liberal, que perde espaço com as transformações mundiais ocasionadas pela grande crise de 1929 (Mantega, 1984). Um dos resultados mais característicos desse esforço é chamado de Teoria Marxista da Dependência, que é não só um frutífero ramo da Economia Política brasileira, mas de fato, Latinoamericana. Hoje, economistas políticos marxistas no Brasil buscam compreender as atuais mudanças geopolíticas e demonstram grande interesse na Economia Política da China.

Este artigo descreve a evolução da Economia Política brasileira, partindo da crítica estruturalista ao liberalismo, passando pela Teoria Marxista da Dependência e chegando no debate geopolítico contemporâneo em torno da ascensão da China.

Após esta introdução, a seção 2 apresenta as *Etapas históricas da formação capitalista na América Latina e no Brasil*, oferecendo uma visão panorâmica das circunstâncias concretas sob as quais o capitalismo se formou na região. A seção 3 recapitula e discute

brevemente *David Ricardo e a teoria das vantagens comparativas*. A seção 4, *O estruturalismo Latinoamericano: Economia Política Brasileira em transição do liberalismo para o Marxismo*, explica que a elaboração sistemática de uma Economia Política autônoma a partir da América Latina é uma combinação de políticas reformistas e ambições revolucionárias. Tal combinação está na raiz da perspectiva latino-americana sobre socialismo e transformação social, que amalgama o humanismo transcendental derivado de uma ampla variedade de crenças religiosas de povos de três continentes (América Latina, África e Europa) e o socialismo científico inaugurado por Marx e Engels e posteriormente desenvolvido e adaptado por comunistas latino-americanos. A seção 5 faz uma descrição geral da *Teoria Marxista da Dependência: o Marxismo na Economia Política Brasileira*, destacando algumas de suas ideias mais fundamentais. A seção 6 traz a discussão para o presente ao explicar em que sentido *A Economia Política Marxista Brasileira hoje pergunta: quem é a China?* A *Conclusão* é apresentada na seção 7.

Etapas históricas da formação capitalista na América Latina e no Brasil

Nenhum campo do conhecimento existe no vazio histórico. A Economia Política Marxista Brasileira também é resultado da formação do capitalismo em um território localizado no tempo e no espaço. Todas as economias latino-americanas contemporâneas são um produto da exploração. Espanha e Portugal foram dois dos Estados mais poderosos antes da Revolução Industrial. Eles moldaram o desenvolvimento e o destino de um número enorme de seres humanos, à medida que os povos indígenas foram arrancados de sua vida habitual, os africanos foram sequestrados e forçados a trabalhar no “novo mundo” e os próprios europeus emigraram para colonizar e erguer o capitalismo onde antes existiam diversos modos de produção de diferentes tipos e níveis.

Como colônia de Portugal, o Brasil foi formado como uma economia periférica a serviço dos interesses econômicos da expansão mercantil europeia. Influenciados pela análise marxista da transição europeia do feudalismo para o capitalismo, historiadores econômicos brasileiros, como Caio Prado Jr. (2011), discutiram, nas décadas de 1940 e 1950, o processo pelo qual o capitalismo foi institucionalizado no território. O debate sobre a formação do capitalismo no Brasil envolve uma

controvérsia rica que se debruça sobre como o processo de industrialização do país se relaciona com o passado colonial, envolvendo autores como Nelson Werneck Sodré ([1989] 2010) e Boris Fausto ([1970] 1997), para citar duas posições antagônicas naquele esforço de encaixar no Brasil o debate clássico europeu de transição do feudalismo ao capitalismo (Bandeira, 2005). De toda forma, é possível apontar um desfecho geral. A conclusão foi que o Brasil é uma formação socioeconômica capitalista, no sentido de que o país foi criado pelo mercantilismo. Assim, embora houvesse diversas formações socioeconômicas não capitalistas no território, não houve um processo interno de transição. O capitalismo foi imposto de fora para dentro da região.

Há quatro principais etapas históricas da formação capitalista na América Latina em geral e no Brasil especificamente.

A primeira etapa é a época anterior ao próprio processo de formação capitalista. Trata-se do período em que os povos indígenas organizavam suas próprias economias e modos de vida antes do contato com os europeus. Essa etapa é chamada de era Pré-Colombiana, isto é, o tempo antes de o explorador e navegador Cristóvão Colombo (1451-1506), da República de Gênova, chegar ao Caribe e à costa norte da América do Sul na década de 1490. Pode-se dizer que havia uma grande variedade de modos de produção devido aos diferentes tamanhos e estruturas dos Estados existentes no novo continente. Alguns eram grandes civilizações organizadas em Estados hierárquicos baseados na agricultura; outros eram extremamente descentralizados e baseados na caça, coleta e pesca. Todos eles dominavam a ciência e acumulavam conhecimento de acordo com suas especificidades ambientais e suas relações sociais de reprodução. Acima de tudo, nenhum deles havia desenvolvido relações de produção mercantis, de modo que o mercado não era um aspecto relevante de suas economias. O capitalismo não tinha uma base para surgir. Isso foi alterado com a conquista europeia e o estabelecimento de colônias para extrair a riqueza do território "descoberto".

A segunda etapa é o período do extrativismo colonial. Trata-se do longo período em que as potências coloniais utilizaram seu controle monopolista sobre determinadas áreas do novo continente para extrair bens que eram comercializados no circuito mercantil centrado nas metrópoles europeias. No Brasil, especificamente, houve quatro grandes ciclos econômicos de extrativismo: o ciclo do pau-brasil entre 1500 e 1530; o ciclo do açúcar entre 1530 e 1700; o ciclo do ouro entre 1700 e 1850; e, por fim, o

ciclo do café entre 1850 e 1929. Em cada um desses ciclos, toda a economia era estruturada em torno da produção de um único bem para exportação. Portanto, por mais de 400 anos, o propósito das economias da América Latina foi servir diretamente aos interesses materiais das superpotências europeias. O trabalho escravo foi o principal método empregado tanto nas plantações (de açúcar e café) quanto nas atividades extrativas (corte de madeira e mineração de ouro). Isso criou uma economia extremamente desequilibrada, dependente de um único produto, pouco desenvolvida em termos de integração regional e com alta desigualdade social. O trabalho assalariado só se tornou relevante no século XX, quando a forma mercantilista de exploração dos países periféricos finalmente chegou ao fim e abriu caminho para a industrialização capitalista na região.

A terceira etapa é o desenvolvimento da indústria no século XX, especialmente após a grande crise capitalista de 1929. A economia brasileira, em particular, sofreu uma mudança profunda com a falência do modelo de plantations de café. Nas décadas de 1930 e 1940, a ideia de planejamento econômico, como subproduto da Segunda Guerra Mundial, começou a influenciar fortemente a política. O Estado brasileiro passou por um processo de modernização e o debate público sobre desenvolvimento econômico e social tornou-se popular. Após 1945 e a formação da Guerra Fria, o planejamento econômico no Brasil alcançou relativo sucesso. O crescimento econômico tornou-se sistemático e, na década de 1980, o Brasil atingiu um nível satisfatório de desenvolvimento das forças produtivas, considerando todos os obstáculos. A industrialização foi realizada com êxito, embora o país ainda enfrentasse problemas sistêmicos relacionados ao caminho contraditório de um desenvolvimento capitalista dependente dos países centrais. Os Estados Unidos eram agora a principal economia externa em torno da qual o Brasil gravitava. Ao longo da segunda metade do século XX, o campo socialista mundial influenciou positivamente o avanço do Brasil, embora de forma sutil. Durante esse período, todo o mundo capitalista ocidental foi pressionado a melhorar as condições de vida de seus povos para que as superpotências capitalistas pudessem evitar que os movimentos de libertação do Sul Global se transformassem em revoluções socialistas. Embora o Brasil não tenha seguido o exemplo de Cuba, que realizou com sucesso uma revolução socialista em 1959, o país implementou reformas importantes que contribuíram para o desenvolvimento e o fortalecimento da Nação.

A quarta etapa é a que engloba a atual situação da economia brasileira no primeiro quarto do século 21 e que

ainda não se encerrou. Ela começou com a ascensão do neoliberalismo e o fim da URSS e teve continuidade diante das mudanças tecnológicas na virada para o século XXI que tornaram o capitalismo de plataforma uma questão central. Nesse contexto, a economia brasileira começou a enfrentar um novo desafio. Sua indústria perdeu rapidamente importância em termos de contribuição para o PIB (Produto Interno Bruto) do país, enquanto o chamado setor de serviços foi ganhando cada vez mais peso. Além disso, a economia foi perdendo complexidade tecnológica porque voltava a se centrar na produção e exportação de commodities de baixo valor agregado. O fenômeno da desindustrialização não foi acompanhado por uma melhoria do setor terciário, e a população trabalhadora tem sofrido as consequências do desemprego e da precariedade associada às novas tecnologias sob domínio do capital das big techs. Muitos economistas começaram a questionar se o Brasil estava assistindo ao retorno do extrativismo, e o termo neocolonialismo foi cunhado.

Hoje, com a ascensão da China rumo a se tornar uma economia quase-central no mundo, para usar a terminologia empregada por Cheng e Zhai (2021) para diferenciar até quatro níveis na escala centro-periferia, alguns economistas brasileiros se preocupam com essa tendência. Dado o tamanho da China e sua inserção na economia mundial com vantagens relativas específicas, alguns acreditam que o Brasil estaria condenado a ser um exportador de bens de baixo valor agregado. No entanto, muitos economistas políticos brasileiros reconhecem que a China tem um plano muito diferente para a organização das relações internacionais em comparação com os séculos passados dominados pelos Estados capitalistas ocidentais.

Para compreender melhor essa questão, é necessário analisar a teoria do comércio internacional com um olhar crítico. Foi exatamente assim que o pensamento econômico brasileiro deixou de ser pautado pelo liberalismo estrangeiro e avançou em direção ao Marxismo, sem antes passar por um processo de combinação eclética de correntes de pensamento econômico realistas quando o assunto são as relações internacionais.

David Ricardo e a teoria das vantagens comparativas

Portugal foi um Estado poderoso durante o período de acumulação primitiva do capitalismo. No entanto, com a

Revolução Industrial britânica, houve uma mudança significativa no comércio internacional. A Grã-Bretanha e a cidade de Londres tornaram-se o centro absoluto de toda a economia mundial, deixando muito explícito que havia uma divisão entre países ricos e países pobres. Quanto mais distante — economicamente, socialmente e tecnologicamente — um país estivesse do centro, mais periférico e politicamente irrelevante ele era para a configuração dos assuntos mundiais.

O Tratado de Methuen foi um tratado militar e comercial entre Inglaterra e Portugal assinado em 1703. Nomeado em homenagem a John Methuen, ele estipulava que nenhum imposto superior ao cobrado para uma mesma quantidade de vinhos franceses poderia ser aplicado aos vinhos portugueses exportados para a Inglaterra, e que os têxteis ingleses seriam admitidos em Portugal em qualquer circunstância, independentemente da situação geopolítica de cada uma das nações. Esse tratado é o fato histórico por trás da teoria do comércio internacional de David Ricardo, apresentada em seu livro de 1817, *Princípios de Economia Política e Tributação* (Ricardo [1817] 1985).

A ideia fundamental de Ricardo é que, quando a economia mundial é composta por países que têm diferentes características e habilidades, a economia global como um todo pode produzir mais se cada país concentrar toda a sua energia em produzir aquilo que é “mais fácil” para ele produzir, gerando um padrão para a divisão internacional do trabalho:

Num sistema comercial perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e seu trabalho à atividade que lhe seja mais benéfica. Essa busca de vantagem individual está admiravelmente associada ao bem universal do conjunto dos países. Estimulando a dedicação ao trabalho, recompensando a engenhosidade e propiciando o uso mais eficaz das potencialidades proporcionadas pela natureza, distribui-se o trabalho de modo mais eficiente e mais econômico, enquanto, pelo aumento geral do volume de produtos difunde-se o benefício de modo geral e une-se a sociedade universal de todas as nações do mundo civilizado por laços comuns de interesse e intercâmbio. Este é o princípio que determina que o vinho seja produzido na França e em Portugal, que o trigo seja cultivado na América e na Polônia, e que as ferramentas e outros bens sejam manufaturados na Inglaterra (Ricardo ([1817] 1985) p. 104).

Um modelo simples de comércio internacional ricardiano mostra os fundamentos dessa teoria.

Tabela 1: Um modelo Ricardiano simples de comércio internacional

Legenda: "h"
= horas, "→" =
produz/.

Situação nº 1: Sem especialização	Situação nº 2: Com especialização
Portugal	Portugal [tarefa: produzir 2 vinho]
4h → 1 pano	3h → 1 vinho
3h → 1 vinho	3h → 1 vinho
--- ---	--- ----
7h → 1 pano + 1 vinho	6h → 2 vinho
 Inglaterra	 Inglaterra [tarefa: produzir 2 panos]
1h → 1 pano	1h → 1 pano
2h → 1 vinho	1h → 1 pano
----- ---	--- ----
3h → 1 pano + 1 vinho	2h → 2 pano
 Total (economia mundial):	 Total (economia mundial):
10 h → 2 pano + 2 vinho	8 h → 2 pano + 2 vinho

Fonte: Elaborada pelo autor.

Suponha que existam apenas dois países na economia mundial, Portugal e Inglaterra. Suponha também que existam apenas dois tipos de bens, tecido e vinho, e que esses dois bens sejam itens necessários para a reprodução de suas respectivas economias. A estrutura de produção é dada, ou seja, as forças produtivas existentes em cada país estão determinadas, o que permite comparar o grau de produtividade em cada um dos setores da economia.

Na primeira situação (Situação nº 1), assumimos que não há comércio entre os países, portanto cada um deles deve produzir tanto tecido quanto vinho por conta própria. Trata-se de uma situação de autarquia, quando uma economia se reproduz na ausência de relações econômicas com o mundo externo. Não há especialização.

Nesse caso, supondo que Portugal e Inglaterra tenham uma função de produção específica que descreva sua produtividade em todos os bens, dizemos que Portugal emprega 4 horas de trabalho (significando, por exemplo, 4 milhões de horas como soma do tempo de trabalho de sua população trabalhadora) para produzir uma unidade de tecido ($4h \rightarrow 1$ tecido). Ele também produz uma unidade de vinho empregando 3 horas de trabalho ($3h \rightarrow 1$ vinho). Assim, no total, a economia de Portugal usa 7 horas de trabalho para gerar uma unidade de tecido e uma unidade de vinho ($7h \rightarrow 1$ tecido + 1 vinho). A Inglaterra, por outro lado, é mais produtiva do que Portugal em tecido e em vinho. Ela produz uma unidade de tecido usando apenas 1 hora de trabalho ($1h \rightarrow 1$ tecido) e uma unidade de vinho usando 2 horas de trabalho ($2h \rightarrow 1$ vinho). Se somarmos tudo para fazer um balanço do total da economia mundial, concluímos que a economia mundial usa 10 horas para produzir 2 unidades de tecido e 2 unidades de vinho ($10h \rightarrow 2$ tecidos + 2 vinhos).

Na segunda situação (Situação nº 2), assumimos que os países podem comercializar entre si depois de produzirem seus bens nacionais. Assim, agora eles podem contar com as vantagens de seus parceiros e concentrar seus esforços na produção de bens específicos. Há especialização.

A Inglaterra é absolutamente mais produtiva do que Portugal tanto em tecido quanto em vinho. No entanto, vemos que Portugal tem uma vantagem relativa na produção de vinho em comparação ao tecido, porque a distância da vantagem da Inglaterra sobre Portugal no vinho é menor do que sua vantagem sobre Portugal no tecido. Nesse sentido, podemos "atribuir a Portugal a tarefa de produzir 2 unidades de vinho". Se fizermos isso e considerarmos que a função de produção é um caso simples de retornos constantes de escala, então vemos que Portugal produz duas unidades de vinho usando 6 horas de trabalho ($6h \rightarrow 2$ vinhos). De modo semelhante, se "atribuirmos à Inglaterra a tarefa de produzir 2 unidades de tecido", vemos que ela as produz usando 2 horas de trabalho ($2h \rightarrow 2$ tecidos). Somando essas duas identidades, descobrimos que a economia mundial, no caso de especialização, produz 2 unidades de vinho e 2 unidades de tecido usando apenas 8 horas de trabalho ($8h \rightarrow 2$ tecidos + 2 vinhos).

A especialização leva a um ganho de 2 horas de trabalho. Isso é obtido pelo fato de que houve uma distribuição mais eficiente das tarefas entre os participantes da divisão do trabalho. A divisão do trabalho em escala mundial contribui imensamente para o aumento da

produtividade do trabalho da humanidade. No entanto, essa não é toda a história. A principal questão do ponto de vista da geopolítica real é: qual país (e quais classes sociais) é mais capaz de capturar esse ganho do comércio? Todos tentarão apropriar para si a riqueza representada por essas 2 horas extras de trabalho. Os seguidores de David Ricardo não exploraram essa outra questão, porque ela mostraria que a Economia Política liberal tinha uma visão utópica ou irrealista sobre o desenvolvimento das relações internacionais sob a regra da burguesia. Além disso, investigar essa questão deixaria claro que a divisão do trabalho promovida pela teoria de Ricardo era exatamente aquela que favorecia o Estado mais industrializado do século XVIII, a Inglaterra. A teoria de David Ricardo é um excelente exemplo de como uma teoria analiticamente correta pode ser politicamente usada para promover a agenda dos poderosos contra seus concorrentes.

Dada a superioridade tecnológica, militar e ideológica dos países colonizadores sobre o restante do mundo, os ganhos do comércio internacional, desde o mercantilismo até a consolidação do capitalismo ocidental, foram historicamente acumulados nas mãos da classe capitalista dominante de poucos países poderosos. Nesse sentido, em vez de cumprir o sonho de união e paz, a globalização liberal ocidental tornou-se fonte de divisão, guerra e exploração entre as nações. É contra esse aspecto negativo da globalização que os economistas políticos latino-americanos críticos começaram a elaborar suas próprias teorias econômicas. Desde então, o marxismo tem sido uma forte inspiração para a inovação e o desenvolvimento da ciência econômica na região.

O estruturalismo Latinoamericano: Economia Política Brasileira em transição do liberalismo para o Marxismo

As economias coloniais latino-americanas foram criadas para servir ao núcleo capitalista. Consequentemente, as classes dominantes dos países da América Latina, ao longo dos séculos, governaram como serviçais das classes dominantes dos países centrais. O pensamento e a política econômica na América Latina têm sido uma réplica da forma de pensar das metrópoles europeias. Como a Economia Política liberal era o paradigma dominante da economia capitalista mais poderosa, ela foi endossada de forma acrítica na região até as primeiras décadas do século XX.

Entre vários outros nomes, existem dois economistas representativos da mudança do pensamento econômico latino-americano, do liberalismo econômico para uma ideologia econômica mais independente, que pode ser chamada de estruturalismo latino-americano: Raul Prebisch (1901-1986) e Celso Furtado (1920-2004).

Celso Furtado foi um economista brasileiro e um dos intelectuais mais destacados do século XX no Brasil. Seu trabalho concentra-se no desenvolvimento e subdesenvolvimento e na persistência da pobreza nos países periféricos em todo o mundo. Conforme Bielschowsky (1989), ele pode ser considerado, junto com Raúl Prebisch, o economista argentino, um dos principais formuladores do estruturalismo econômico, uma escola de economia amplamente identificada com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)². Essa escola, que ganhou destaque na América Latina e em outras regiões em desenvolvimento durante as décadas de 1960 e 1970, buscava estimular o desenvolvimento econômico por meio da intervenção governamental, inspirando-se amplamente nas ideias de John Maynard Keynes.

Apesar de não se identificar explicitamente como marxista ou comunista, Celso Furtado abriu os horizontes das primeiras gerações de economistas brasileiros que ousaram rejeitar as ideias econômicas liberais vindas do centro do sistema.³ Essa realização foi importante para quebrar a hegemonia do liberalismo vindo do Antigo Sistema Colonial e que impedia qualquer ação política mais alinhada com os interesses dos trabalhadores. Neste sentido, mesmo difundindo um socialismo que poderíamos chamar de utopista-humanista ou assumidamente reformista (Furtado ([1987] 2013)), os marxistas precisam manter o diálogo com Celso Furtado (Sampaio Jr., 2008 e Sampaio Jr., 2012).

O Estruturalismo Latino-Americano é uma escola de pensamento econômico que critica o padrão de divisão internacional do trabalho e do comércio, fundamentado na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo. Ela propunha uma política econômica de protecionismo estratégico, a fim de fomentar a industrialização nos

² A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) é uma instituição das Nações Unidas criada em 1948 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico no continente no período pós-Segunda Guerra Mundial. Considerando o contexto da Guerra Fria, estava sob forte influência dos Estados Unidos e de seus parceiros, o que significa que funcionava como um canal reformista não apenas para fomentar o desenvolvimento, mas principalmente para evitar a propagação de revoluções socialistas na região.

³ A relação de Celso Furtado com Marx é complexa e objeto de debate até hoje. Para ver o posicionamento do próprio Furtado sobre a filosofia de Marx ver (Furtado ([1962] 2013), p. 389).

países latino-americanos. Não se trata de uma escola propriamente marxista de pensamento econômico, mas de uma escola progressista. É semelhante à abordagem nacionalista pragmática da Economia Política de Friedrich List (1789-1846) e à Escola Histórica Alemã de Gustav von Schmoller (1838-1917). O Estruturalismo Latino-Americano em economia é a expressão da rebelião intelectual contra o liberalismo britânico e a ausência de um programa para o desenvolvimento das nações latino-americanas. Ainda sofre de uma ilusão em relação ao exemplo de independência e crescimento demonstrado, na transição do século XIX para o século XX, pela nova superpotência norte-americana: os Estados Unidos.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, todos os países da América Latina buscavam alternativas para acelerar o desenvolvimento econômico e social. Afinal, haviam permanecido por séculos sob o domínio de potências estrangeiras. Nas lutas locais pela libertação nacional, Cuba destacou-se como um caso notável, em que a luta contra o colonialismo culminou em uma revolução bem-sucedida que rapidamente se transformou em uma construção socialista. Em 1959, Cuba iniciou sua nova fase como uma verdadeira entidade política soberana, exercendo grande influência sobre todos os países latino-americanos.

Raúl Prebisch e Celso Furtado foram economistas muito influentes não apenas na Argentina e no Brasil, mas em praticamente todos os países que recebiam instruções e sugestões de políticas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Tanto Prebisch quanto Furtado podem ser classificados como economistas keynesianos. Eles trabalharam juntos e cooperaram na construção do Estruturalismo Latino-Americano, embora houvesse diferenças significativas entre eles: enquanto Prebisch era mais conservador e submisso aos países centrais, especialmente aos Estados Unidos, Furtado era mais progressista e nacionalista na defesa do Brasil contra o imperialismo norte-americano.

As tensões entre Prebisch e Furtado foram em parte resultado das mudanças políticas em Cuba a partir de 1959. Enquanto Prebisch demonstrava seu receio do socialismo, Furtado reconhecia a importância da transformação socialista, mas não defendia a revolução socialista no Brasil. Isso mostra que é importante separar o pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe/ONU) de sua estrutura formal dentro da ordem geopolítica das Nações Unidas. As linhas originais do domínio dos EUA sobre a CEPAL e a exclusão

do campo socialista nessa comissão restringiram significativamente os objetivos de desenvolvimento proclamados pela CEPAL. Isso cria dificuldades para a solução dos problemas de desenvolvimento social e econômico da América Latina, o que torna explícita a existência de uma contradição entre a CEPAL como geradora independente de ideias e a CEPAL como parte da estrutura das Nações Unidas, assegurando a estabilidade no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Essa divergência de ideias mostrou que o pensamento e a política econômica autônomos da América Latina não poderiam se desenvolver plenamente sob a vigilância de uma instituição das Nações Unidas, que estava mais fortemente influenciada pelos Estados Unidos e pelo campo capitalista em comparação ao campo socialista. Portanto, uma nova corrente de pensamento econômico ganhou visibilidade. O marxismo, que já estava presente no Brasil, por exemplo, desde a década de 1920, quando disputava as mentes da população trabalhadora com anarquistas e outros pensadores sociais e políticos, passou a ser usado sistematicamente como a principal base para o desenvolvimento de uma verdadeira Economia Política Latino-Americana.

No Dossiê *Dependência e superexploração: A relação entre capital estrangeiro e as lutas sociais na América Latina*, publicado pelo Instituto Tricontinental em 2023, a professora Renata Couto Moreira juntamente com outros colegas de pesquisa, explica o contexto para o surgimento da Teoria Marxista da Dependência:

A disputa entre os projetos capitalista e socialista durante o século XX gerou um rico ambiente de formulação teórica e política para enfrentar os desafios da desigualdade social nos países da periferia do capitalismo. Uma importante iniciativa nesse sentido foi a criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ao mesmo tempo, havia setores que encontravam a saída para essa problemática e formulavam uma estratégia a partir da transformação social, como os Partidos Comunistas alinhados às formulações da Terceira Internacional ou grupos de militantes de esquerda, que procuravam compreender a dinâmica do capitalismo latino-americano a partir da teoria do valor de Marx, com vistas à construção de uma alternativa socialista. Estas últimas formulações deram origem à chamada Teoria Marxista da Dependência. (Moreira et al, 2023, p. 5)

Teoria Marxista da Dependência: o Marxismo na Economia Política Brasileira

O período pós-Segunda Guerra Mundial foi uma época em que as palavras-chave “crescimento econômico” e “desenvolvimento econômico” se tornaram ideias padrão para a discussão sobre como melhorar as condições econômicas e sociais em todo o mundo. Após a Revolução Cubana em 1959, as propostas reformistas para promover o desenvolvimento na América Latina sofreram pressões. O exemplo do caminho socialista atraía atenção, e os pensadores marxistas aproveitaram a oportunidade para radicalizar a Economia Política Latino-Americana e criticar o tímido esforço de superar a Economia Política liberal.

A Escola Estruturalista Latino-Americana havia planejado um amplo ataque à teoria liberal ricardiana do comércio internacional. Celso Furtado e Raúl Prebisch estavam conscientes de que a divisão clássica do trabalho implementada pela Grã-Bretanha durante seu domínio como a “oficina industrial” do mundo era exploratória para os países latino-americanos. Por isso, eles propuseram ideias para defender o desenvolvimento das indústrias nacionais, principalmente por meio de tarifas protetoras estratégicas. A industrialização estava avançando; entretanto, a instabilidade social na região se intensificava devido à extrema desigualdade gerada por séculos de exploração colonial baseada no trabalho assalariado.

Na década de 1960, um grupo de economistas acadêmicos se reuniu em Brasília com o objetivo de estudar o *Capital* de Marx e analisar a situação, a fim de desenvolver estratégias inovadoras para continuar a modernização do Brasil e de outros países latino-americanos. “Os professores Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Luiz Fernando Victor, Teodoro Lamounier, Albertino Rodriguez e Perseu Abramo” (Moreira et al, 2023, p. 10) estavam entre os iniciadores da Teoria Marxista da Dependência. Posteriormente, o nome de Ruy Mauro Marini tornou-se o mais associado à Teoria Marxista da Dependência, em sua vertente radical, devido à sua construção teórica registrada no livro *Dialética da Dependência*, publicado em 1973 no México.

A tese principal de *Dialética da Dependência* é que a condição dos países periféricos em relação aos países capitalistas centrais não é algo que possa ser superado por um processo evolutivo. A ideia de que as economias e sociedades podem partir de um ponto baixo de subdesenvolvimento e progredir passo a passo para alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento, a fim

de alcançar o mundo desenvolvido, é totalmente rejeitada por Marini ([1973] 2017). Para ele, não existe algo como “subdesenvolvido” e “desenvolvido” como etapas sequenciais que todos os países do mundo possam vivenciar. Não se trata de uma questão de política nacional correta para promover o desenvolvimento, pois a economia capitalista é uma rede interconectada de relações que constantemente recria a polaridade entre exploradores e explorados. Nesse caso, os exploradores são as superpotências capitalistas do núcleo, e os explorados são o chamado mundo subdesenvolvido da periferia.

A noção de polaridade é uma característica marcante no marxismo em geral e na Teoria Marxista da Dependência em particular. Segundo o argumento de Marini, os economistas que realmente querem ser críticos e radicais devem abandonar a dupla noção de desenvolvido e subdesenvolvido e adotar o par dialético mais explícito de núcleo e periferia. Da mesma forma que trabalho e capital constituem os dois lados antagônicos que formam a unidade da exploração capitalista, os países do núcleo e da periferia formam a unidade da exploração dos pobres pelos ricos no mundo dominado pelo imperialismo capitalista.

A característica antagônica dessa nova classificação, em contraste com a antiga e suavizada noção de mundo desenvolvido e subdesenvolvido, deixa muito mais claro que a realidade geopolítica é formada por Estados em luta uns contra os outros. Essa realidade é fundamental para avaliar adequadamente a luta de classes no cenário mundial e para compreender as relações internacionais do ponto de vista marxista. De certa forma, os conceitos contemporâneos de Norte Global e Sul Global avançam no esforço de superar os conceitos duvidosos de desenvolvimento e subdesenvolvimento que moldaram a discussão no Ocidente durante a Guerra Fria. Desenvolvimento e subdesenvolvimento só podem fazer sentido se houver uma indicação clara de sua determinação mútua: eles não são diferentes degraus de uma escada que um país pode subir, mas dois polos interdependentes em que um explora e o outro é explorado.⁴

Existem três pontos principais que podem servir como um esquema resumido para o complexo argumento

⁴ Para uma pesquisa empírica que confirma não apenas o trabalho de Marini, mas também a ampla afirmação de que, na história do capitalismo, houve um fluxo consistente de riqueza dos países mais pobres do Sul Global para os países mais ricos do Norte Global, ver Hickel, Hanbury Lemos e Barbour (2024). Sobre como a divisão Norte/Sul Global aparece no âmbito do Marxismo, ver Bresolin (2024).

apresentado por Marini no livro e que constituem os elementos essenciais da Teoria Marxista da Dependência.

O primeiro ponto é que a dependência não é uma etapa subdesenvolvida ou uma situação deficiente típica de uma economia colonizada: é o caso normal da periferia capitalista. Isso significa que os pobres indicadores de desenvolvimento econômico e social dos países periféricos não são uma espécie de doença que possa ser curada com os remédios da modernização burguesa. Esses indicadores deploráveis são, antes de tudo, resultados da formação capitalista nessas áreas. Consequentemente, o que essas regiões precisam não é de mais capitalismo, mas de um novo tipo de modo de produção capaz de restaurar a soberania a essas nações subjugadas e empobrecidas pelo capitalismo ocidental. Para a Teoria Marxista da Dependência, o socialismo é o único caminho possível para vislumbrar uma trajetória de recuperação e libertação nacional.

O segundo ponto é o seguinte: os trabalhadores nos países capitalistas centrais são explorados; os trabalhadores nos países periféricos são superexplorados. O conceito de superexploração é a inovação teórica mais fundamental em *Dialética da Dependência* e, provavelmente, também a mais controversa. Marini argumenta que, devido à sua posição fraca na luta pela dominância do mercado mundial, os países periféricos são economias capitalistas que apresentam duas camadas de exploração do trabalho assalariado. A primeira camada está relacionada à exploração da classe capitalista nacional sobre a classe trabalhadora nacional em algum país periférico arbitrário. A segunda camada está relacionada à exploração do núcleo capitalista sobre esse país periférico como um todo. Por causa disso, a classe trabalhadora na periferia deve enfrentar duas camadas de exploradores: a nacional (a burguesia interna) e a internacional (a burguesia externa). Países periféricos que não alcançam a completa libertação nacional, como aqueles que conseguiram repelir o imperialismo — como Cuba e China — permanecem presos, lutando não apenas contra uma, mas contra duas camadas ou duas barreiras de inimigos. Como consequência, a força de trabalho nessas regiões é reproduzida abaixo do que seria considerado normal em termos de dignidade humana.

Seguindo cuidadosamente a análise de Marx sobre a mercadoria força de trabalho e a complexa questão da relação quantitativa entre valor e preço dessa mercadoria especial, Marini cria o conceito de superexploração. Trata-se de uma situação em que a força de trabalho é

mais do que apenas explorada, pois recebe um salário inferior ao seu valor. A enorme economia informal e os diversos modelos de fornecimento de serviços de trabalho nos países periféricos, que não são regulamentados nem controlados pela legislação trabalhista, são fortes indicadores de que os trabalhadores são superexplorados nessas regiões.

O conceito de superexploração gerou uma ampla discussão, e já existe uma literatura acadêmica consolidada sobre o tema, principalmente em espanhol e português brasileiro (Carcanholo, 2023). Alguns marxistas se opõem fortemente a ele por diversas razões. Uma dessas razões é que a superexploração não seria uma característica exclusiva dos países periféricos, podendo ocorrer também nos países centrais. Outros marxistas defendem o conceito de superexploração de Marini com competência, contribuindo para aprofundar os fundamentos teóricos da Escola de Marini, o núcleo da Teoria Marxista da Dependência em sua vertente mais radical.

O terceiro ponto está relacionado à análise geopolítica que surge de *Dialética da Dependência*. Se a polarização entre o núcleo e a periferia resulta em superexploração como produto de uma dupla camada de opressão, não seria possível adicionar mais camadas de extração de mais-valia? O ponto que Marini desenvolve extensivamente neste livro e em outras obras é que o imperialismo não é apenas um processo de apenas dois níveis, mas um sistema verdadeiramente hierárquico com muitos níveis encadeados, tendo em seu núcleo as economias capitalistas imperialistas mais poderosas, circunscritas por vários anéis concêntricos que contêm as economias capitalistas menos poderosas à medida que nos aproximamos da fronteira externa do último anel, que contém as nações mais fracas das fracas, subjugadas por múltiplas camadas de exploração imperialista capitalista.

A grande inovação conceitual é que todos os casos intermediários (entre os mais fracos dos fracos e os mais poderosos entre os poderosos) são, ao mesmo tempo, explorados (pelas economias mais poderosas) e exploradores (das economias mais fracas). Assim, da mesma forma que Lenin explicou que o imperialismo é o estágio mais alto do capitalismo, o subimperialismo pode representar o estágio mais alto do capitalismo dependente (Luce, 2018). Segundo Marini, à medida que o Brasil avançou em sua industrialização e não seguiu o caminho socialista, tornou-se um subimperialismo: a economia capitalista mais poderosa da América Latina, repetindo o padrão de pretensão de poder estrangeiro

que impedia uma verdadeira unificação de todos os povos latino-americanos contra o imperialismo norte-americano e europeu.

Uma das repercussões teóricas da contribuição de Marini é no debate sobre os dois tipos de produção de mais-valia: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Esse é um ponto que remete ao embate intelectual entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso.⁵ O argumento da dialética da dependência aponta que há uma dificuldade sistêmica para fazer todos os países do mundo avançarem ao mesmo tempo da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa.

Para Marini, a mais-valia relativa é um privilégio dos países capitalistas centrais. O desenvolvimento capitalista não resolverá o problema da dependência e da superexploração na periferia. Aqueles países capitalistas periféricos que de alguma forma avançam na produção de mais-valia relativa por meio da industrialização (como o Brasil) tornam-se subimperialistas. Replicam a lógica do capitalismo imperial e apenas fortalecem a cadeia imperialista que conecta e consolida a economia capitalista mundial. Por isso, ele propõe a revolução socialista como forma de romper com esse padrão (perspectiva radical).

Fernando Henrique Cardoso concorda que o desenvolvimento capitalista não resolverá o problema da dependência. Mas ele pode resolver o problema da superexploração. Por isso, propõe reformas e gestão capitalistas, em um modelo chamado desenvolvimento dependente e associado (perspectiva moderada/realista).

Isso significa que o caso de Marini contra Cardoso merece atenção, mesmo que a abordagem realista e pragmática de Cardoso à questão do poder ainda possa ocultar percepções valiosas, especialmente no contexto de uma nova ordem geopolítica nos próximos anos, com a China atuando como uma economia quase-central.

A questão interessante agora é: e se a China realmente se tornar uma economia quase-central ou até mesmo central no mundo no futuro, como projetado? Seria uma mudança superficial, como aconteceu quando os Estados Unidos superaram a Grã-Bretanha como a economia mais influente do mundo? Ou mudaria tudo? Nesse novo cenário, a proposta de desenvolvimento dependente e associado de Cardoso, agora aplicada à China em vez do núcleo capitalista ocidental, beneficiaria os trabalhadores brasileiros e, de fato, todo o povo latino-americano?

⁵ Para uma introdução, ver Prado (2011).

Parece que tudo depende do tipo de sistema sociopolítico que a China possui. Em toda a periferia do mundo, em todo o Sul Global, entre todos os povos trabalhadores explorados que lutam todos os dias para sobreviver em todos os cantos esquecidos do nosso planeta, existe uma grande esperança de que a China faça a diferença... mas alguns temem que não o faça.

A Economia Política Marxista Brasileira hoje pergunta: quem é a China?

Depois que a economia política liberal foi abandonada nas primeiras décadas do século XX, a Economia Política Marxista brasileira floresceu. Reunindo diversas experiências e trabalhos intelectuais realizados por muitos intelectuais orgânicos no sentido gramsciano, ela trouxe inovação ao marxismo. O marxismo ganhou uma forma adequada à realidade da América Latina e do Brasil. A Teoria Marxista da Dependência é uma das inovações mais distintivas do continente, que enriquece o marxismo no mundo.

O ponto de partida para essa inovação foi a crítica à teoria do comércio internacional de David Ricardo. Essa teoria era utilizada por economistas liberais a serviço das classes dominantes locais para justificar o modelo econômico de exportação de bens de baixo valor agregado. O padrão do comércio internacional antes do avanço da industrialização dos países periféricos, nas últimas décadas do século XX, era que o núcleo capitalista importava todas as matérias-primas e bens de baixo valor agregado das economias periféricas, a fim de usá-los como insumos no processo de produção de bens de maior valor agregado. Em seguida, esses países centrais podiam vender esses bens valiosos no mercado mundial, obtendo para si os benefícios da especialização em escala global. Essa divisão internacional do trabalho foi a regra durante séculos de formação capitalista em todo o mundo.

No século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram algumas transformações. Muitos países periféricos lutaram contra seus colonizadores e venceram. Isso possibilitou um avanço sistêmico das forças produtivas e da industrialização em várias partes do mundo, em todos os continentes, ainda que de maneira bastante heterogênea. Com a ascensão do neoliberalismo nos anos 1970, contudo, um novo padrão de divisão internacional do trabalho tomou forma. Um

deslocamento contraditório e complexo na maneira como a economia mundial funcionava ocorreu.

Ao mesmo tempo em que países periféricos, como o Brasil, começaram a sofrer com o capitalismo financeirizado centrado em Nova York e tiveram dificuldades para aprofundar sua industrialização, a China embarcou em sua audaciosa política de reforma e abertura. Ao utilizar sua vantagem comparativa de mão de obra barata para atrair a indústria de todo o mundo para seu território e seguir um plano estratégico de desenvolvimento nacional, a China avançou enormemente no desenvolvimento de suas forças produtivas. Outros países periféricos, mesmo grandes e relativamente industrializados como o Brasil, não conseguiram melhorar ainda mais sua posição nas cadeias globais de valor. Assim, o Brasil voltava a se tornar exportador de matérias-primas e bens de baixo valor agregado. A ameaça da dependência voltava a assombrar a economia brasileira. Desde os anos 2000, embora o Brasil tenha registrado crescimento e melhorias em vários indicadores sociais (pelo menos até meados da década de 2010), muitos problemas emergiram no que passou a ser conhecido como desindustrialização.

Este é o contexto no qual alguns economistas políticos marxistas brasileiros veem a ascensão da China com ceticismo e, às vezes, até com medo. Eles temem que a China possa assumir o mesmo papel que o dos países do centro capitalista, que se especializam em indústrias altamente inovadoras e tecnológicas, com total domínio da ciência, deixando para o resto do mundo o papel de fornecer tudo aquilo que não gera bons efeitos de transbordamento. De fato, a intensa e extensa oferta de matérias-primas, como mineração e agricultura em larga escala, está altamente correlacionada à degradação ambiental. Além disso, esses setores não empregam muitos trabalhadores como no passado, tornando impossível para os países periféricos sustentarem economicamente suas populações. A questão é complexa, mas a ideia principal, colocada em termos simples, é que o Brasil se especializaria na produção daqueles bens que não contribuem para o desenvolvimento geral da nação, enquanto a China se concentraria cada vez mais em indústrias de alta qualidade que podem atrair mais facilmente para seu próprio país os ganhos do livre comércio. A postura da China contra o protecionismo e a favor de um mercado internacional aberto é vista por alguns com olhar crítico. E aqui não estamos falando dos EUA de Trump.

Outro grupo de economistas políticos marxistas, porém, entende que o projeto da China de uma comunidade

global com futuro compartilhado é totalmente diferente da estrutura da ordem liberal do mercado internacional, que finalmente colapsou com a crise de 2007. Para esse grupo, a China de fato utilizou estrategicamente sua vantagem comparativa a seu favor, endossando a teoria de David Ricardo, mas, de certo modo, subvertendo-a. Após completar sua base industrial e alcançar um nível moderado de desenvolvimento de suas forças produtivas, a China iniciou agora uma série de investimentos em outros países do Sul Global, não para reforçá-los no papel de exportadores de matérias-primas, mas para lhes dar a oportunidade de sair dessa posição e avançar para posições mais elevadas na divisão internacional do trabalho. Esse grupo de autores destaca as diferenças concretas nas relações diplomáticas e econômicas que a China estabelece com esses países e, ao final, apoia abertamente a liderança chinesa rumo a um novo sistema de comércio econômico e globalização.

É importante notar que ambos os lados apresentam bons argumentos. Não há razão para aumentar a polarização entre eles. Se realmente desejamos desarmar a mentalidade da Guerra Fria, precisamos cultivar o diálogo e a compreensão. Nesse sentido, a contribuição recente dos professores Sérgio Braga e Angelita Matos (2025) é bastante oportuna.

Eles indicam corretamente que a Economia Política Marxista brasileira não deve nem divinizar nem demonizar a China. O que ela deve fazer é analisar a situação atual com base na sua própria leitura e apropriação do melhor que a Economia Política latino-americana crítica e autônoma produziu: a Teoria da Dependência. E, para eles, não é a versão de Marini que melhor se adequa ao momento. Em vez disso, defendem uma retomada do principal opositor intelectual de Marini: Fernando Henrique Cardoso.

Braga e Matos (2025) reconhecem que as relações econômicas entre Brasil e China não são simétricas no presente, porque a disparidade tecnológica entre os países é muito grande. Segundo alguns dados empíricos, é visível que há um padrão de vinculação da economia brasileira à economia chinesa. Podemos destacar três pontos aqui.

Primeiro, entre 2000 e 2020, como mostrado por Braga e Matos (2025), p. 10, as exportações brasileiras passaram a se destinar cada vez mais à China. Inicialmente, o Brasil exportava cerca de 15 bilhões de dólares para seus dois principais importadores, a União Europeia e os Estados Unidos. A Argentina aparecia em terceiro lugar como um importante importador de produtos brasileiros. Mas

agora, a China é de longe o principal importador da produção brasileira, registrando cerca de 67 bilhões de dólares em compras em 2020, contra apenas 28,3 bilhões de dólares vendidos para a União Europeia e 21,5 bilhões de dólares para os Estados Unidos. A Argentina, uma economia relevante da América Latina e vizinha do Brasil, acabou importando apenas 8,5 bilhões de dólares do Brasil em 2020. Isso significa que, ao final das duas primeiras décadas do século XXI, não houve uma integração regional expressiva, também por causa do peso crescente da China na economia mundial. Isso não quer dizer que essa falta de integração seja uma culpa deliberada da China. Significa apenas que, à medida que a economia chinesa ganha massa, sua força gravitacional sobre a economia mundial se torna mais forte, e assim os países precisam estar atentos — caso contrário, acabarão gravitando em torno de uma terra distante, sem melhorar as relações com seus vizinhos mais próximos.

Segundo, em 2022 há uma diferença clara entre o tipo de bens que o Brasil exporta para a China e o tipo de bens que a China exporta para o Brasil. Considerando a estrutura das relações bilaterais entre Brasil e China (Braga e Matos (2025), p. 11), a China exporta para o Brasil bens de alto valor agregado, como dispositivos semicondutores, equipamentos de radiodifusão e circuitos integrados, enquanto o Brasil exporta para a China bens de baixo valor agregado, como minério de ferro, petróleo bruto e soja. Os dados mostram que a gama de bens exportados pela China para o Brasil é muito mais diversificada do que a gama de bens exportados pelo Brasil para a China. Três tipos de bens apenas (minério de ferro, petróleo bruto e soja) compõem mais de 70% de todo o valor exportado do Brasil para a China. A infraestrutura por trás desses setores, como mencionado anteriormente, não é conveniente para promover um desenvolvimento social e econômico de alta qualidade. Além disso, percebemos uma conexão óbvia que reforça o padrão de comércio entre os dois países quando lemos que a China exporta para o Brasil um valor relevante de pesticidas, fertilizantes e outros insumos que são intensamente utilizados na agricultura homogênea em larga escala.

Terceiro, a análise das vantagens comparativas relativas focada no comércio entre Brasil e China mostra com ainda mais clareza que há uma repetição do padrão de divisão internacional do trabalho tal como previsto pela teoria de David Ricardo. A teoria ricardiana indicava que seria melhor para toda a economia mundial se os países com vantagens comparativas relativas em setores tecnológicos mais avançados concentrassem a produção

de bens de alto valor agregado, enquanto os países com vantagens comparativas relativas em setores tecnológicos menos avançados concentrassem a produção de bens de baixo valor agregado. Como mostram Braga e Matos (2025) com base no diagrama de vantagens comparativas no comércio Brasil-China em 2022 (p. 11, <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/bra#bi-trade-products>), o Brasil, em geral, exporta bens de baixo valor agregado para a China, enquanto importa bens de alto valor agregado do país asiático. Esse diagrama apresenta no eixo vertical o volume das exportações do Brasil para a China em dólares americanos, e no eixo horizontal o volume das exportações da China para o Brasil em dólares americanos. Os pontos abaixo da linha de normalização indicam os setores nos quais a China possui vantagem comparativa em relação ao Brasil, enquanto os pontos acima da linha indicam os setores nos quais o Brasil possui vantagem comparativa em relação à China. A concentração de pontos abaixo da linha, com predominância das cores azul e verde, ilustra a superioridade da economia chinesa em termos da qualidade de suas forças produtivas e de seu papel como uma casa industrial de processamento das matérias-primas brasileiras.

Esses três pontos mostram, de acordo com a análise de Braga e Matos (2025), que a relação comercial entre Brasil e China é assimétrica. Contudo, assimetria não significa automaticamente que a China está explorando o Brasil. Assimetria não significa dependência. Portanto, não é correto afirmar que o Brasil é dependente da China, como se as relações de poder aqui fossem desiguais: a disparidade está relacionada à base técnica de suas economias, e não às relações diplomáticas, que são totalmente diferentes daquelas que o Brasil teve — e ainda tem — com as antigas metrópoles europeias e com os Estados Unidos.

Neste ponto, Braga e Matos (2025) explicam que, em contraste com as antigas economias centrais da Europa e dos Estados Unidos, a China não impõe politicamente nem financeiramente condições inegociáveis em suas relações comerciais com o Brasil, nem aplica imposições políticas sobre o governo brasileiro (p. 19).⁶ Por causa disso, há uma distinção importante a ser feita entre os conceitos de desenvolvimento dependente e desenvolvimento associado, que esteve no centro da controvérsia entre Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique

⁶ O mesmo argumento é feito por Alshareef (2025) a partir de uma análise sobre os investimentos financeiros chineses no exterior.

Cardoso nas décadas de 1960 e 1970. Para a versão moderada da Teoria da Dependência, o desenvolvimento associado não precisa ser negativo. Portanto, essa versão da teoria defende uma estratégia de desenvolvimento associado, que idealmente também deve ser não dependente. A ideia principal aqui é que um país periférico poderia seguir uma estratégia de desenvolvimento associado e não dependente para interagir com as economias centrais, não para reforçar suas vantagens comparativas predominantes, mas para mudá-las ao longo do caminho, à medida que esse país periférico acumulasse conscientemente experiência para melhorar suas próprias forças produtivas internas. O avanço científico e a construção tecnológica seriam o resultado de uma participação adequada nos mercados globais. De forma semelhante ao que a China conseguiu ao adotar essa estratégia de desenvolvimento associado e não dependente em relação às economias capitalistas centrais, especialmente os Estados Unidos, o Brasil também poderia adotá-la agora em relação à China.

Em resumo, os economistas políticos marxistas brasileiros têm grande interesse em compreender melhor a China, e atualmente o debate gira em torno de duas possibilidades. Ou a China é inimiga ou amiga.

A primeira possibilidade é resumida pela pergunta: a China é uma inimiga que se aproveita das matérias-primas produzidas pelo Brasil e por outros países, de forma não tão diferente do que faziam as antigas grandes potências ocidentais? Se assim for, a interpretação da competição intercapitalista para a situação geopolítica atual seria endossada, significando que a China é capitalista.

A segunda possibilidade é resumida pela pergunta: a China é uma amiga que se envolve sinceramente em parcerias comerciais ganha-ganha com o Brasil e outros países, possibilitando uma nova alternativa para o desenvolvimento real e o progresso social? Se assim for, a interpretação de que estamos testemunhando uma nova etapa de transformação no mundo seria endossada, significando que a China é socialista e está liderando o Sul Global em direção a um sistema multipolar anti-imperialista de nações amigas que compartilham o sonho de um futuro belo para toda a humanidade.

Estudos empíricos, guiados por uma abordagem concreta e científica da questão do poder e da geopolítica parecem apontar em favor ao segundo caso, o que não invalida de imediato o primeiro caso, que não deve ser desconsiderado ou suprimido a priori no debate. A semelhança formal entre o planejamento econômico

capitalista e socialista torna a grande questão em torno da China e da nova ordem internacional complexa demais para ser resolvida antes da hora. A História ainda segue sendo a grande professora no Marxismo, e só o tempo pode definitivamente responder o atual dilema que está sendo debatido com riqueza e originalidade pela Economia Política Marxista Brasileira.

Conclusão

A Economia Política Marxista evolui com o tempo, enfrentando os desafios da realidade histórica de busca pela soberania nacional e superação da exploração colonial. No início do século XX, economistas políticos brasileiros iniciaram a busca por um pensamento econômico conectado com a realidade do país, e assim reagiram contra a Economia Política liberal. Eles perceberam a importância do desenvolvimento interno da indústria capitalista e pouco a pouco se aproximaram do Marxismo.

Essa busca ganhou enorme impulso com o golpe civil-militar apoiado pelos Estados Unidos em 1964, e a partir daí nasceu uma vertente radical sobre a dinâmica centro-periferia conhecida como Teoria Marxista da Dependência. Ela propunha ruptura e revolução, mas não teve influência política concreta, em contraste com o caminho seguido por uma vertente mais moderada da teoria da dependência. Isso mostra que a radicalidade do Marxismo, embora seja fundamental para a orientação geral dos movimentos de massas, não pode desprezar as vertentes mais moderadas e conciliadoras. A questão do poder político na prática concreta requer uma combinação inteligente entre reforma e revolução, exatamente como apontado por Rosa Luxemburgo ([1900] 2010).

Nesse sentido, é necessário reconhecer que alguns economistas políticos marxistas no Brasil ainda pensam sobre capitalismo e socialismo em termos cartesianos, como era o paradigma dos sistemas econômicos comparativos na Guerra Fria. Isso faz com que adotem uma posição bifurcatória que gera marginalização do Marxismo nos espaços de poder. Com o passar do tempo, fica mais claro que uma abordagem dialética, de unidade de contrários mesmo em questões polarizantes, é o caminho correto para promover o pleno desenvolvimento inovador e criativo da Economia Política Marxista Brasileira. A controvérsia em torno da China, portanto, precisa se desenvolver com mais abertura e aproximação

recíproca, para que as divergências sejam balizadas e corrigidas de acordo com a realidade histórica e não com preceitos fechados que estimulam dogmatismo e desunião.

Referências

Alshareef, S. (2025). Development Policy Space and Internationalization of China's Contender State: The Case of Overseas Development Finance. *Review of Radical Political Economics*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/04866134251366706>

Bandeira, L. A. M. ([1967] 2017). *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bandeira, L. A. M. (2005). Aspectos feudais da colonização no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, no. 52, setembro 2005.

Bielschowsky, R. (1989). Formação Econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino. *Revista de Economia Política*, 9 (4) <https://doi.org/10.1590/0101-31571989-1491>

Braga, Sérgio e Matos, Angelita (2025). As relações Brasil-China sob a ótica da teoria da dependência. *Caderno CRH*, Salvador, UFBA, v. 38, p. 1-19, e025005, 2025 <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/xGhM8dJjNDrmxn7stcpmFwp/#>

Bresolin, F. T. (2024) Marxismo(s) no sul global: debates, teoria e política. *Revista Aedos*, [S. l.], v. 16, n. 36, p. 228-239, 2024 <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/140241>.

Cheng, E., e Zhai, C. (2021). China as a "Quasi-Center" in the World Economic System: Developing a New "Center-Quasi-center-Semi-periphery-Periphery" Theory. *World Review of Political Economy*, 12(1), 4-26. <https://doi.org/10.13169/worldrevipoliecon.12.1.0004>

Carcanholo, M. (2023). Origens e atualidade da teoria marxista da dependência. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 146(3). <https://doi.org/10.1590/0101-6628.332>

Fausto, B. ([1970] 1997). *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense.

Furtado, C. ([1962] 2013). Reflexões sobre a pré-revolução brasileira/A formação do economista em país subdesenvolvido. In: D'Aguiar, Rosa Freire (Org.) *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Companhia das Letras.

Furtado, C. ([1987] 2013). Entre inconformismo e reformismo. Publicado originalmente em *Pioneers in Development: Second Series*. Washington: Oxford University Press. In: D'Aguiar, Rosa Freire (Org.) *Essencial Celso Furtado*. São Paulo: Penguin Companhia das Letras.

Hickel, J., Hanbury Lemos, M. e Barbour, F. Unequal exchange of labour in the world economy. *Nature Communications*, 15, 6298 (2024). <https://doi.org/10.1038/s41467-024-49687-y>

Jenkins, R. (2012). Latin America and China—a new dependency? *Third World Quarterly*, 33(7), 1337-1358. <https://doi.org/10.1080/01436597.2012.691834>

Luce, M. S. (2018). O subimperialismo, etapa superior do capitalismo. *Tensões Mundiais*, v. 10, n. 18-19, p. 43-65, 2018. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v10i18-19.471. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/471>. Acesso em: 22 out. 2025.

Luxemburgo, R. ([1900] 2000). *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular.

Musse, R. (2015). As aventuras do marxismo no Brasil. *Caderno Crh*, v. 28, p. 409-426.

Ricardo, D. ([1817] 1985). *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril.

Mantega, G. (1984). *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes.

Marini, R. M. ([1973] 2017). Dialética da dependência. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

Moreira, R. C. et al (2023). *Dependência e superexploração: a relação entre o capital estrangeiro e as lutas sociais na América Latina*. Instituto Tricontinental, Dossiê no. 67. <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossier-67-teoria-marxista-dependencia/>

Prado, F. C. (2011). História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & Política*, v.29, nº2, p.068-094.

Prado Jr., C. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Companhia das Letras.

Sampaio Jr., P. A. (2008). Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo. *Economia Ensaios*, vol. 22, no. 2, Uberlândia. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3200/2435> [30/09/2015].

Sampaio Jr., P. A. (2012). Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade*, no. 112. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400004&script=sci_arttext [15/10/2015].

Sodré, N., W. ([1989] 2010). Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil. In: Sodré, O. (Org.) *Desenvolvimento Brasileiro e Luta pela Cultura Nacional*. Brasília: IPEA.